

Elizabeth Badinter, *Um É o Outro*, Lisboa, Relógio de Água Editores, 1986, 351 pp.

Depois de uma história do sentimento maternal, apresentado como um amor contingente e incerto¹, E. Badinter escreve agora sobre as relações de poder e a distribuição das tarefas entre homens e mulheres. Não se limita, como no seu primeiro trabalho, à época moderna e ao Ocidente; a reflexão estende-se no tempo e no espaço — é a própria história da humanidade, no seu lento caminhar de milhares de anos, que entra em cena.

Fascinada pela acelerada evolução dos valores e comportamentos do homem e da mulher no Ocidente europeu, a autora propõe-nos uma via de reflexão arriscada: seguir o fio do tempo, voltar à questão das origens e descobrir, por detrás de testemunhos e vestígios da evolução complexa de padrões sexuais de comportamento, uma lógica condutora; descrever e compreender, depois, a natureza de relação homem/mulher no presente e nas sociedades industrializadas.

A história que E. Badinter nos conta desenvolve-se esquematicamente em três actos. Antes, porém, estabelece uma verificação de partida: a divisão sexual do trabalho parece ser (um pouco como o tabu do incesto) um princípio universal de organização de todas as colectividades humanas. Se é verdade que nem todas as sociedades coincidem nas tarefas que atribuem a homens e mulheres, todas elas distinguem invariavelmente tarefas reservadas a um sexo e interditas a outro. Curiosamente, tal situação é inédita entre os primatas: «[...] em todos os primatas não humanos, cada adulto é inteiramente responsável pela sua sobrevivência [...]; em nenhum caso, um dos sexos depende do outro para obter a sua alimentação de base.» Pelo contrário, o regime alimentar dos primeiros *Homo sapiens* exigiria a equilibrada divisão das tarefas e dos recursos entre os sexos. A caça surge como uma empresa masculina e a recollecção como um trabalho de mulheres. Trocam-se, solidariamente, proteínas animais por proteínas vegetais.

Inaugura-se, assim, a partir do paleolítico superior e prolongando-se até à idade do ferro, uma fase de relações horizontais de complementaridade entre os sexos. A reciprocidade entre *Um e Outro* assenta na realização de tarefas simétricas, tarefas essas dotadas de um estatuto idêntico no universo de valores. É assim que nas sociedades nómadas e de caçadores-recolectores, ao poder físico e metafísico do caçador que enfrenta a morte corresponde o exorbitante poder feminino de criar a vida. Nas comunidades neolíticas, já sedentarizadas, às tarefas agrícolas executadas por mulheres corresponde a criação de gado como tarefa eminentemente masculina. Partilham-se, com uma maior ou menor equidade, tarefas e esferas de

¹ Referimo-nos a *L'Amour en Plus — histoire de l'amour maternel (XVII^e-XX^e siècle)*, Paris, Flammarion, 1980.

domínio. Decorridos, porém, estes 30 000 anos de «reciprocidade», «termina, num tom igualitário, a primeira fase da história do homem e da mulher».

O segundo acto apresenta-se de mais curta duração (2000-3000 anos, consoante os casos), mas com características bem mais tenebrosas: é o reino do «patriarcado», entendendo-se este termo como aquele que designa «todas as estruturas sociais que têm a sua origem no poder de pai». A simetria original dá lugar à separação e hierarquia, mais ou menos brutal, entre homens e mulheres — dominantes uns, excluídas outras. O critério da exclusão parece fundamentar-se numa definição particular de natureza feminina: fraca, flexível, dócil e passiva, quando não herética, perversa, insaciável, dada a luxúrias, bruxarias e conspirações várias... *Um* passa a ser *sem o Outro*. Os ideais políticos liberais e igualitários saídos da Revolução Francesa trazem consigo, porém, sementes democráticas que tendem a infiltrar-se, discreta e lentamente, nas próprias relações quotidianas entre os sexos e, principalmente, nos universos femininos. As mulheres encontrarão neles os instrumentos ideológicos para a sua libertação. De tal modo que, a partir dos anos 60 do nosso século, a mulher europeia modifica radicalmente «as regras do jogo»: deixa o casulo doméstico, parte à conquista da independência económica e de um lugar ao sol no mercado de trabalho; bate-se pelo direito à contracepção, conseguindo, pela primeira vez na história, controlar eficazmente a sua fecundidade e libertar o seu corpo do peso ancestral de maternidades excessivas e indesejadas — a «feminilidade» deixa de ser necessariamente sinónimo de «maternidade».

Assiste-se, na nossa época, a «uma grande estreia na história da humanidade». Não são só os critérios de distinção entre universos femininos e masculinos que se põem em causa, mas a própria divisão das tarefas entre os sexos, como lógica de organização social, que tende a esbater-se. O crepúsculo dos critérios sexuais deixa antever um novo tipo de relações homens-mulheres, novas maneiras de conceber e viver a vida conjugal, uma problematização de categorias como as de «natureza feminina» e «natureza masculina». Tarefas e papéis atribuem-se indistintamente a *Um* e a *Outro* — «que experiência, para além da sexual, é própria do homem e totalmente desconhecida da mulher?». Se, tradicionalmente, a divisão sexual do trabalho aparecia como um critério relevante na distinção entre o homem e o primata, tudo indica que, actualmente, tal critério se revela caduco. Não será que, deste ponto de vista, estamos hoje bem mais próximos dos outros primatas do que dos primeiros humanos? Para E. Badinter, os anos 80 representam o advento do «andrógino»: «Um participa do Outro e ambos são, ao mesmo tempo, semelhantes e dissemelhantes.» Em suma, *Um É o Outro*.

Fornecendo uma visão esquemática e linear da história da humanidade, descrita à maneira de uma epopeia onde se defrontam homens e mulheres, repleto de certezas vincadas, recorrendo a uma linguagem simples e clara, tocando num tema a que todos somos sensíveis, o livro de E. Badinter tem os ingredientes de um *best seller*. Duvidamos, porém, que os especialistas encontrem nele alguma novidade empírica ou mesmo uma significativa inovação teórica. Tanto mais que, se é verdade, como afirmava criticamente P. Valéry, que «*tout ce qui est compliqué est inutile*», não é neste caso menos oportuno acrescentar-lhe, com algum cepticismo, o seu simétrico: «*tout ce qui est simple est faux*.» Gostaríamos de assinalar alguns dos vícios mais óbvios desta «simplicidade» — teórica e metodológica.

É problemática a intenção e o modo de reconstruir a história da humanidade no que toca à relação entre os sexos. À boa maneira das grandes teorias da evolução do século passado, E. Badinter apresenta esse caminho comum até ao presente, de sentido único, constituído por três estados: de um paraíso perdido a um paraíso reconquistado para uns e outros, passando por uma tenebrosa e primitiva fase de exclusão do outro. Não é difícil adivinhar-se, também, a escala de valores, do pior ao melhor, que discretamente se lhes atribui. E pressentir, ao mesmo tempo, a «ilusão de perspectiva» para que nos alerta Levi-Strauss: ao contrário do que sucede na observação dos sistemas físicos, o observador das sociedades humanas «vê» velocidade, mudança, história, progresso nas formas culturais que caminham no sentido da sua, enquanto lhe parecem fixas, paradas, sem história aquelas que se afastam numa outra direcção. Ora não há história numas e imobilismo ou atraso nas outras, mas apenas uma relação cultural particular entre o observador e o objecto observado.

Esse vício em que cai a autora permitirá compreender, em parte, a comparação que realiza entre essas três etapas de duração tão flagrantemente desigual: 30 000 anos de «reciprocidade», 20 000 anos de «patriarcado», 20 anos de «semelhança». Só nesse vício se poderá atribuir a exclusividade dos processos lentos às longínquas e primitivas comunidades de *Homo sapiens*, enquanto os últimos anos da história do Ocidente (significantes nesse *continuum*) são protagonistas de uma «revolução sem precedentes». Mas não é só a ordem de grandeza tão desequilibrada dos três estados que problematizam a sua comparação. Os vestígios e testemunhos com que se apresentam ao observador, e nomeadamente no que respeita aos padrões de comportamento e valores sexuais, são excessivamente díspares, não só em quantidade, como em qualidade. Basta pensar no contraste entre os escassos, enigmáticos e silenciosos achados arqueológicos da pré-história e nas abundantes, organizadas e multidimensionadas informações com que o Ocidente europeu fala de si próprio, para admitirmos que a comparação entre uma realidade e outra não será tarefa fácil. Para o passado, a autora toma, inadvertidamente, a parte pelo todo. Confunde, abusivamente, níveis de realidade, pensando que uns se deduzem aos outros, ou que entre eles se estabelecem relações de clara transparência; das figuras de arte rupestre deduz relações de poder, da lenda e do mito medieval deduz o comportamento individual. Pode acontecer, porém, que entre o objecto acabado e a acção, entre a representação colectiva e o comportamento efectivo, haja distância, se não mesmo desfazimento e contradição. Bem deturpada ficará a realidade se as interrogações que lhe dirigirmos não contemplarem esta potencial diversidade.

Homem e mulher são, por outro lado, sistematicamente descritos como categorias universais e abstractas. Opção tanto mais arriscada quanto a autora contesta, a nosso ver oportunamente, a exclusividade do biológico na definição e construção da identidade feminina e masculina. Mas qual é, se não o sexo, a afinidade entre uma «Eva» do magdalenense ou da idade do ferro, a «Eva» marginalizada da sociedade patriarcal e a «Eva» voluntarista dos anos 80, que «modifica as regras do jogo»? Aqui, também, a reflexão mostra-se incapaz de abranger uma realidade a várias dimensões. A divisão de tarefas e as relações de poder que homens e mulheres estabelecem numa dada sociedade não são realidades universais, apresentando-se profundamente marcadas e diferenciadas pelos lugares sociais (de classe, por exemplo) em que ocorrem.

Na mesma ordem de ideias, a autora preocupa-se sobretudo em descrever uma evolução no tempo, mais do que explicar a produção das relações entre uns e outros em espaços sociais particulares. Aquelas são, aliás, entendidas como fruto de uma «guerra dos sexos» (*sic*), feita de desejos e vontades individuais. Fica por perceber, afinal, a génese da mudança ou a lógica da conservação dessas relações.

Last but not the least, uma referência à linguagem com que E. Badinter se exprime. Dicotómica e impressionista, é como se nos convidasse a uma cruzada. «Deus expulsa a Deusa», «a lógica dos contrários ou a guerra dos sexos», «a morte do patriarcado», «a longa marcha das mulheres», «a derrota moral do homem ocidental», «o golpe de misericórdia», «a partir de então, as mulheres deixaram de ser objectos»... são expressões cujo tom e estilo se repetem arrebatadamente ao longo do livro. Conseguirão, porventura, prender o leitor, ou, melhor, a leitora; teoricamente, porém, não primam pelo rigor nem pela precisão.

Um É o Outro tem, no entanto, o mérito de fornecer ao grande público um olhar crítico perspicaz sobre temas-chave do quotidiano, e designadamente sobre as novas experiências da identidade masculina e feminina. Uns e Outros não ficarão, decerto, indiferentes.

Ana Nunes de Almeida